Nathália Nogueira Espíndola de Sena

PERDA DE MEMÓRIA PÓS-CRIME

UMA ANÁLISE NEUROCIENTÍFICA, FINALÍSTICA E PROCESSUAL

EditoraSorian
Transformando palavras em obras.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 9

2. POSSÍVEIS HIPÓTESES DE PERDA DE MEMÓRIA PÓS-CRIME 17

2.1 AMNÉSIA FUNCIONAL RETRÓGRADA (DISSOCIATIVE AMNESIA, CRIME RELATED AMNESIA) 19
2.2 AMNÉSIA ORGÂNICA RETRÓGRADA 26
2.3 MALINGERED AMNESIA: A VERIFICAÇÃO DA AUTENTICIDADE DA DECLARAÇÃO DE AMNÉSIA RELACIONADA AO CRIME 32

3. POR QUE PUNIR? ANÁLISE DAS TEORIAS DA PENA APLICADAS AO PROBLEMA DA PERDA DE MEMÓRIA 37

3.1 JUSTIFICACIONISMO RETRIBUTIVISTA 40
3.2 JUSTIFICACIONISMO UTILITARISTA 45
3.3 O DIREITO PENAL MÍNIMO E A FINALIDADE DA REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA 83

4. CONSEQUÊNCIAS DA PERDA DE MEMÓRIA PÓS-CRIME PARA O DIREITO PENAL BRASILEIRO: AINDA HÁ OBJETIVO EM PUNIR? 91

4.1 ANÁLISE DA "*COMPETENCY TO STAND TRIAL*" DOS SISTEMAS DE COMMON LAW 92
4.2 O CENÁRIO BRASILEIRO ATUAL: A SOLUÇÃO INSUFICIENTE DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 105
Artículo 60 114
4.3 O DIREITO PENAL MÍNIMO: A PUNIÇÃO DO SUJEITO CUJA MEMÓRIA NÃO SUBSISTE TERÁ SENTIDO PARA O RÉU OU PARA A SOCIEDADE? 116
4.4 O PROBLEMA PROCESSUAL: PERDA DE MEMÓRIA E A VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA 121
4.5 ANÁLISE DOS CASOS APRESENTADOS 128

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS 133

REFERÊNCIAS 139

ÍNDICE REMISSIVO 145